

Jornada de Aprendizagem
Negociações Internacionais em Mudanças
do Clima e Biodiversidade

Mudanças do Clima: participação da sociedade e os caminhos da COP 30 até a COP 31

Por Rubens Harry Born

REALIZAÇÃO



PARCERIA





Sobre a publicação

Este material integra a Jornada de Aprendizagem sobre Negociações Internacionais em Mudanças do Clima e Biodiversidade, iniciativa do Fundo Casa Socioambiental em parceria com a Rede Comuá.

O objetivo é oferecer conteúdos de referência para apoiar organizações da sociedade civil na compreensão dos processos multilaterais relacionados ao clima e à biodiversidade, fortalecendo sua preparação para a incidência política e participação nas Conferências das Partes (COPs).

Sobre o autor

Rubens Harry Born é engenheiro civil e advogado, com atuação em meio ambiente há mais de 40 anos. Mestre e Doutor em Saúde Pública. Colaborador do Fundo Casa Socioambiental, diretor da Fundação Esquel Brasil, conselheiro do IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor, conselheiro do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e de sua Câmara Técnica de Justiça Climática

REALIZAÇÃO



PARCERIA





Mudanças do Clima: participação da sociedade e os caminhos da COP 30 até a COP 31

Rubens Harry Born, engenheiro civil e advogado, com atuação em meio ambiente há mais de 40 anos. Mestre e Doutor em Saúde Pública. Colaborador do Fundo Casa Socioambiental, diretor da Fundação Esquel Brasil, conselheiro do IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor, conselheiro do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e de sua Câmara Técnica de Justiça Climática. Revisão em 16 de junho de 2026.

A COP 30 – 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro de Mudanças do Clima, realizada em Belém, em novembro de 2025, serviu para que os assuntos da crise climática ficassem mais divulgados e conhecidos no país. Ampliar a disponibilização de informações e a transparência dos processos decisórios são necessários, mas não suficientes para alterar o rumo da crise civilizatória e fortalecer a governança ambiental.

Um dos destaques da COP 30 foi a mobilização de diferentes grupos e segmentos da sociedade brasileira que tiveram a oportunidade - talvez até a necessidade – de saber mais sobre os diferentes aspectos do tema para assim ter melhores condições de expressar suas perspectivas e viabilizar a participação de seus integrantes em eventos ocorridos na capital do Pará. Ou seja, conhecer mais para atuar com maior eficácia e adequada consistência com os valores e estratégias apropriadas a cada grupo.

Entretanto, as vantagens de ter uma COP no Brasil, situação que certamente facilitou a participação de muitos, em Belém, por questões como idioma e de custos gerais, entre outros aspectos, deixarão de existir para o envolvimento com a COP 31, que acontecerá em Antália, na Turquia, de 9 a 20 de novembro de 2026. As Conferências das Partes (COPs) de qualquer acordo multilateral trazem, em geral, desafios para a participação de ativistas e representantes de organizações não governamentais brasileiras, tais como os custos de logística (viagens internacionais, hospedagem, alimentação); a ausência do português entre os idiomas oficialmente praticados na ONU; a culinária e os hábitos culturais do país anfitrião da Conferência.

REALIZAÇÃO



PARCERIA





Mas esses aspectos não deveriam impedir, como não têm impedido, a presença significativa de brasileiras e brasileiros nesses encontros. Com planejamento e a adequada preparação, é possível atingir resultados que sejam significativos e acumulem conhecimentos para as instituições e pessoas que queiram fazer valer a sua presença ou acompanhamento remoto em uma conferência de um processo multilateral, assim como em seus desdobramentos em escalas nacional e local.

A governança ambiental global por meio de acordos legalmente vinculantes, como por exemplo, os dos regimes multilaterais de mudanças do clima e da proteção da biodiversidade, e os pactos de caráter voluntário, como os da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como das respectivas políticas públicas correspondentes, podem ter maior eficácia se a população, especialmente os grupos mais vulneráveis, os agentes públicos e os responsáveis por atividades econômicas tiverem adequada conscientização sobre os desafios e a relevância da conservação de bens e serviços ecossistêmicos, e das medidas para reverter as crises climática, a poluição, a perda da biodiversidade e a desigualdade.

Em síntese, ampliar a conscientização sobre causas e efeitos da crise ambiental e civilizatória, apoiar o envolvimento de cidadãos e grupos da sociedade nos processos de pactuação e de implementação de acordos globais e políticas nacionais, são alguns dos requisitos para a eficácia da governança democrática dos tratados multilaterais.

Compreende-se como relevante, portanto, a contínua participação de lideranças e de ativistas da sociedade brasileira nas COPs, como as do regime de mudanças do clima.

Essa participação pode ter diversas funções e objetivos, determinados pelos grupos e entidades que enviam seus representantes para os encontros internacionais. Destacam-se as seguintes funções:

- A)** Influenciar o conteúdo das decisões de uma COP nos temas e segundo as perspectivas e princípios que caracterizam a sua atuação institucional (direitos humanos, proteção ambiental, justiça social etc.);
- B)** Divulgar os conhecimentos e as lições oriundas da própria experiência e apontar soluções relacionadas aos temas do tratado internacional;
- C)** Chamar a atenção pública para suas causas, necessidades e demandas, buscando meios para a sua concretização;
- D)** Estabelecer e fortalecer alianças e mecanismos de cooperação entre organizações do seu segmento ou de setores diversos;
- E)** Monitorar criticamente a evolução e a dinâmica dos processos de tratados internacionais.



Essas são funções que se aplicam também aos regimes de mudanças do clima, de biodiversidade e outros processos que lidam com a sustentabilidade e a integridade ambiental.

Vale lembrar que a COP - Conferência das Partes-, no aspecto formal, é a instância de tomada de decisões pelos países que estão comprometidos com o cumprimento de um tratado internacional que estabelece obrigações de condutas e/ou de resultados. No caso do regime de clima, as conferências ora funcionam como instâncias de decisões dos três tratados que estruturam tal processo: a Conferência COP da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), a Reunião das Partes (CMP) do Protocolo de Quioto e a Reunião das Partes (CMA) do Acordo de Paris. Não obstante, a expressão “COP” é tomada como o conjunto dessas reuniões formais e de centenas de eventos paralelos que ocorrem na zona azul (acesso mediante credenciamento junto ao secretariado da UNFCCC) e na zona verde (credenciamento dispensado pela UNFCCC).

A presença na COP do regime multilateral de mudanças do clima, tanto nas salas de negociação quanto nos eventos da zona azul, requer a inscrição prévia da organização que pretende enviar representantes (em geral, antes da realização da COP do ano anterior). O credenciamento desses representantes, observado o limite das cotas definidas pela UNFCCC, ocorre poucos meses antes de cada COP. Acesse a [página de inscrições e de credenciamento](#) para saber mais sobre documentos e requisitos (por exemplo, documentos institucionais em inglês). Alguns eventos na zona verde podem ter inscrições prévias junto aos seus respectivos organizadores.

Para ter uma participação qualificada, seja na modalidade presencial ou remota, em alguma COP de clima (e de outros temas) é necessário conhecer a agenda dinâmica de tais processos. Dinâmica, pois os assuntos agendados para uma COP são, em geral, definidos em etapas anteriores, e estão sujeitos às variações das conjunturas internacional e nacional.

Conhecer a agenda e o processo da COP 31 é fundamental, inclusive para as pessoas e organizações que não necessariamente pretendem fazer incidência direta nas negociações. Mas precisam que suas iniciativas dialoguem com a agenda em curso, seja nas reuniões formais, seja nos eventos paralelos.



Para quem deseja atuar na incidência direta (o que inclui também promover ou participar de eventos paralelos às negociações), é fundamental conhecer as dezenas de documentos, desde os que tratam de **decisões das COPs anteriores** (por exemplo, o do GST – Global StockTake, da COP 28 em Dubai, que inclui o compromisso de afastamento dos combustíveis fósseis), como também os grupos de trabalho nos diversos temas, as instituições (como o Fundo Verde do Clima e o Fundo de Adaptação), os blocos de países e suas respectivas abordagens e posições. Documentos e decisões de COPs anteriores estão disponíveis, nos seis idiomas oficiais da ONU, em **página** específica da Convenção Quadro de Mudanças do Clima.

A preparação de cada COP de clima é precedida pelas reuniões dos órgãos subsidiários de implementação (SBI) e de assessoramento técnico e científico (SBSTA), que ocorrem no meio do ano, na cidade de Bonn, na Alemanha, onde está situado o secretariado da Convenção Quadro de Mudanças do Clima. Essas reuniões ficaram conhecidas como “**Conferência de Bonn**”. A Conferência de Bonn anterior à COP 31 aconteceu de 8 a 18 de junho de 2026, correspondente à **64ª sessão do SBI e do SBSTA**. Reuniões desses órgãos também ocorrem durante as COPs.

Ao longo do ano são realizados encontros de grupos de trabalho e seminários decorrentes de decisões de COPs anteriores (eventos mandatados). O secretariado da UNFCCC atualiza periodicamente a lista de **eventos mandatados**.

Eventos regionais reúnem, nos vários continentes, diplomatas, autoridades, cientistas e representantes de setores da sociedade. Blocos de países (como o GRULAC – Grupo da América Latina e do Caribe, com representantes de governos da região) realizam consultas e eventos prévios, e têm agenda – diária, em geral - de reuniões em cada COP.

Esses e outros eventos são anunciados na **página da Convenção Quadro da ONU sobre Mudanças do Clima**. O país anfitrião da COP, no caso a Turquia para a **COP 31**, também é responsável por criar uma **página do país anfitrião da COP**, com informações sobre a agenda da Conferência, logística e a programação diária dos temas. Há alguns anos, os eventos paralelos têm sido organizados em dias temáticos, para facilitar o planejamento da participação de pessoas e organizações interessadas.



O secretariado da Convenção também publica documentos, notícias, avisos e calendários de encontros dos grupos de trabalho, dos órgãos subsidiários, além dos canais (links) de transmissão dos eventos e agenda das COPs na sua [página principal](#) ou na página da UNFCCC, específica de cada COP, como no caso da [página UNFCCC COP 31](#). Na página da COP 31, criada pela Turquia, há a indicação dos [temas da Agenda de Ações, que refletem também o esforço da Presidência brasileira da COP 30 por um lado, e a programação dos “dias temáticos” na Conferência](#). Nessas páginas são também publicadas as notícias e informações para inscrição de propostas de eventos paralelos nos espaços das zonas azul e verde da COP, bem como os prazos e requisitos para a obtenção de credenciamento de participantes. Logo, visitas periódicas (preferencialmente semanais) às páginas da UNFCCC e do país anfitrião da COP 31 são tarefas que devem ser realizadas. Governos, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e de povos originários também disponibilizam espaços (denominados de pavilhões) para eventos paralelos em cada COP, mas a inscrição deve ser feita no prazo e nos termos estabelecidos por tais iniciativas.

Para a COP 31, um processo importante, ainda que não seja um evento “mandatado” em decisão da COP 30, é a [1ª Conferência sobre Transição para longe dos Combustíveis Fósseis](#), programado para o final de abril de 2026, em Santa Marta, na Colômbia, organizada por iniciativa deste país e da Holanda. Tal conferência resultou da polêmica no final da COP 30 sobre a ausência de decisão sobre o assunto por um lado, e do outro sobre o que foi estabelecido na COP 28, em Dubai, no âmbito da avaliação global (GST) de emissões de gases de efeito estufa.

No texto do parágrafo 28 da [Avaliação Global \(GST\)](#) foram estabelecidos compromissos dos países para promover a transição de afastamento dos combustíveis fósseis, de alcançar o triplo da capacidade mundial de energias renováveis e de duplicar a taxa global de eficiência energética até 2030. A nota publicada traz um resumo das decisões e diretrizes desta 1a. Conferência. Um destaque foi a criação de um [Painel de Cientistas para a Transição Energética Global](#) (SPGET), que inclui os brasileiros Carlos Nobre e Gilberto Jannuzzi. Haverá continuidade desse processo internacional na segunda conferência que será realizada em Tuvalu, no ano de 2027.

Paralelamente às atividades de representantes de países, durante essa primeira conferência, ocorreram eventos e mobilizações de grupos da sociedade civil, indígenas, trabalhadores, entre outros, que também demandam a urgente transformação dos modelos de produção e consumo de energia e rejeitam medidas paliativas e “falsas soluções” das causas e dos efeitos das mudanças do clima. Foram realizados muitos encontros de movimentos e de organizações da sociedade, bem como eventos que reuniram cientistas e ativistas nas várias questões (energia, ambiente, direitos etc.). Houve também atividades do movimento de sociedade civil por um [tratado global para a eliminação dos combustíveis fósseis](#).



Artigo da jornalista Giovana Girardi apresenta breve resumo e **análise dos eventos recentes sobre transição para longe dos combustíveis fósseis.**

Há expectativas sobre os resultados e desdobramentos da consulta internacional, deflagrada em março de 2026 e cujo prazo terminou em 10 de abril, organizada pela presidência brasileira da COP 30 para coletar propostas de países, observadores e demais atores interessados no regime da Convenção Quadro de Mudanças do Clima, sobre mapas do caminho anunciados pelo Embaixador André Corrêa do Lago, em Belém, no final da COP 30. A **consulta** abrange os dois mapas:

- Mapa do Caminho da Presidência da COP 30 pela Transição para o Afastamento dos Combustíveis Fósseis de Forma Justa, Ordenada e Equitativa (baseado no parágrafo 28.d/GST1, COP28, no tema “Transitioning away from fossil fuels in a just, orderly and equitable manner”);
- Mapa do Caminho da Presidência da COP 30 pelo Fim e pela Reversão do Desmatamento e da Degradação Florestal até 2030 (parágrafos 33 e 34/GST1, COP 28).

No âmbito nacional, o Presidente Lula determinou em dezembro de 2025, em caráter de urgência, a constituição de um grupo de trabalho com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda e Casa Civil, para a elaboração de Mapa do Caminho da Transição para longe dos combustíveis fósseis. Entretanto, até meados de abril de 2026, não havia informação disponibilizada de forma pública sobre as atividades deste grupo e tampouco sobre o pedido de um processo estruturado, transparente, com cronograma e critérios, de consultas públicas e de construção participativa do Mapa do Caminho Nacional.

Segundo a Presidência brasileira da COP 30, cujo mandato se encerra na abertura da COP 31, a Conferência na Turquia dará continuidade ao esforço de avançar a agenda de ações globais pelo clima e para os próximos passos da Parceria de Marrakech, que articula governos, empresas e sociedade civil para acelerar a implementação dessas iniciativas voluntárias.



Estar presencialmente ou acompanhar a COP, seja reuniões de negociações do regime seja em eventos paralelos, requer também conhecer os jargões, conceitos e eixos temáticos mais relevantes. Várias publicações apresentam conjunto de jargões e acrônimos.

A UNFCCC disponibiliza várias plataformas e portais de informações para o fortalecimento de capacidades em temas de mudanças de clima que são pertinentes à implementação da Convenção Quadro, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris. Entre esses portais e plataformas, destacam-se:

- Portal de capacitação em mudanças do clima: <https://unfccc.int/cbportal>
- Portal de informações e dados sobre mudanças do clima : <https://data.unfccc.int/>
- Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas e (LCIPP)- <https://lcipp.unfccc.int/>
- Portal sobre Conhecimentos em Adaptação e resiliência - <https://unfccc.int/topics/NWP/workstreams/AKP>
- Portal sobre Financiamento da implementação da UNFCCC: <https://unfccc.int/climatefinance?home>
- Portal sobre abordagens e medidas não associadas aos mercados (NMA – non market approaches) <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/cooperative-implementation/Article-6-8/nma-platform/main/non-market-approaches>
- Plataforma sobre REDD – Redução de Emissões do Desmatamento e da Degradação Florestal - <https://redd.unfccc.int/>



Há muitas outras plataformas e fontes de informações sobre mudanças de clima e as negociações internacionais. Para assegurar que encontre o que necessita, é importante definir o que busca, o que está evidentemente associado aos objetivos e temas de sua participação no processo da UNFCCC.

São úteis também os guias e publicações que orientam como se preparar para atuar em uma COP, ou ainda aqueles que descrevem o que ocorre e como é realizada uma COP, ainda que escritas e com foco em conferências anteriores. Por exemplo, vale conhecer a publicação do Fundo Casa Socioambiental, lançada em 2025: **“Rumo à COP 30: o que as organizações da sociedade civil e da filantropia independente do Sul Global devem saber para participar das Conferências de Clima?”**. Segundo o Fundo Casa Socioambiental, a publicação “reúne informações essenciais sobre o funcionamento das COPs, o Acordo de Paris, as agendas prioritárias em disputa e dicas práticas para quem vai participar dessas conferências – especialmente organizações comunitárias, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, mulheres, juventudes e outros movimentos sociais que historicamente têm pouca presença nesses espaços”.

Outra publicação, entre muitas que estão disponíveis, é o manual produzido pelo Instituto Rede Laclima e Observatório do Clima, intitulado **“Acordo de Paris: um guia para os perplexos”**, de agosto de 2025, com informações sobre as COPs de clima e o Acordo de Paris. Essa publicação é atualizada anualmente, antes de cada COP. Busque a versão atualizada na **página de publicações da LACLIMA**. Essa Rede publica periodicamente resumos das Conferências de Bonn e de cada CoP. Por exemplo, o **Resumão da COP30**, que certamente ajudará a entender os debates preparatórios para a COP31.

Vale ficar atento para iniciativas de formação, preparação e planejamento da participação que têm sido realizadas por organizações diversas como o **Fundo Casa Socioambiental**, o **Observatório do Clima**, **CAN-LA** (a rede regional da América Latina, integrante da rede mundial **Climate Action Network - CAN**), **Rede Laclima**, **FBOMS** – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, **CONAQ** – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, **APIB** – Associação dos Povos Indígenas do Brasil, entre outras.



CONSIDERAÇÃO FINAL

O Fundo Casa e a ação climática

Ao longo desta Jornada, discutimos os desafios da governança global, das negociações internacionais e da participação da sociedade civil nas agendas de clima e biodiversidade. Mas é nos territórios que muitos desses compromissos se transformam em ações concretas.

O Fundo Casa Socioambiental apoia organizações comunitárias, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e movimentos sociais que desenvolvem soluções para enfrentar a crise climática, proteger a biodiversidade e fortalecer os modos de vida locais.

Para compreender melhor os impactos desse trabalho, o Fundo Casa estruturou uma metodologia que organiza seu portfólio nos eixos de adaptação, mitigação e transição justa, evidenciando como os recursos investidos contribuem para fortalecer a resiliência dos territórios e promover uma ação climática integrada.

Em 2025, 51,3% dos projetos apoiados tiveram foco principal em adaptação às mudanças do clima, 37,7% combinaram adaptação e mitigação, e 11% concentraram-se em ações de mitigação. Além disso, R\$ 43,9 milhões foram destinados a iniciativas alinhadas à transição justa, fortalecendo economias locais, cadeias da sociobiodiversidade e a proteção dos biomas brasileiros.

Ao investir diretamente em organizações da sociedade civil, o Fundo Casa reafirma que soluções duradouras para a crise climática nascem dos territórios, onde conhecimento tradicional, participação social e conservação caminham juntos para construir um futuro mais justo, resiliente e sustentável.

REALIZAÇÃO



PARCERIA



REALIZAÇÃO



PARCERIA

